

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NA ZONA SUL CARIOCA E A FORMAÇÃO DE SUAS PERIFERIAS

Aluno: Vinícius Silva de Moraes*
vinnygnaisse@gmail.com
Orientadora: Regina Mattos

1.Introdução

Sabemos que a zona sul carioca não é configurada somente por edificações, plantas e projetos de alta qualidade onde apenas pessoas com um certo poder aquisitivo tem acesso, mas que existe também um outro lado, que pouco é considerado em debates e discursos tanto no senso comum, quanto nos diferentes campos científicos, reforçando assim o estereotipo dos moradores da zona sul, que por serem em sua maioria de classe média e alta, tendo assim maior escolaridade além de maior quantidade e qualidade de equipamentos e serviços juntamente com outros fatores mais, camufla ou tenta confinar uma parcela considerável dos moradores dessas favelas que atuam no processo de reprodução espacial e de fragmentação do tecido urbano.

Lado este que mostra que há pessoas em espaços negligenciados pelo poder publico e pela sociedade como um todo e que com o passar dos tempos seus problemas, seja de infra-estrutura material ou social, se tornam mais e mais complexos, o que faz surgir idéias e propostas, vindas de intelectuais e de setores denominados competentes, que nos são apresentados como supostamente engajados, mas com pouco teor crítico, e que deixam de lado o contexto histórico-social/cultural dos objetos de seus projetos.

Não são só casas, prédios, condomínios de pessoas de classe média, são favelas, verdadeiras periferias que se consolidaram por meio do desenvolvimento do capitalismo e conseqüentemente, como veremos a seguir, de suas contradições, onde nelas (nas favelas) se estabeleceram o que a mídia chamou de “poder paralelo”. Denominação muito contraditória, uma vez que sugere o narcotráfico como uma questão econômica, uma questão política e social paralela (ou seja, a parte, sem pontos em comum que se cruzem) ao poder do Estado. O perigo consiste justamente no fato de que a política social encontrada no dito poder paralelo é justamente a imposta pelo Estado, pois por mais que os traficantes “empregados” no crime organizado se mostrem aparentemente excluídos do sistema, esses se encontram justamente inserido, mas de forma marginal, através do circuito inferior da economia (circuito que será apresentado mais a seguir no presente texto).

Esse poder, que prefiro não chamar de paralelo, não só nas comunidades da zona sul carioca, mas também em todo o Rio de Janeiro, é materializado através do incontável número de armas, pela violência, maior ou menor, variando de local para local, pelo incrível número de capital que circula e por uma outra série de vertentes que aos poucos vão sendo abordadas no presente trabalho. Ele pode até parecer paralelo quando observamos que sua consolidação não faz parte da legalidade, ou seja, da ordem estabelecida politicamente e economicamente pelo Estado capitalista brasileiro. Mas quando procuramos entender os motivos da entrada do jovem no trafico de drogas percebemos que esses derivam na falta de sucesso de poder público quanto as questões sociais.

* Graduando em Geografia e bolsista do grupo PET-Geo do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

2.Objetivo(s)

Devemos entender as favelas como um dos tipos de tecidos urbanos existentes e que foram consolidadas com o desenvolvimento desigual do capitalismo na malha urbana. Para isso as favelas devem ser analisadas, primeiro, como espaços que se formaram e se difundiram juntamente com o desenvolvimento (ordenamento espacial) da zona sul carioca. Segundo, que ela representa um tipo de ocupação (ilegal) que pode ser situada geograficamente dentro desse recorte espacial, que são as encostas de morros que espremem seus bairros contra o mar. Em terceiro lugar as favelas devem ser entendidas com um tipo de tecido urbano que evidencia a habitação preferencial de uma classe social (baixa) onde as condições materiais de infra-estrutura são precárias em boa parte delas e as possibilidades de ascensão são escassas.

Algumas questões referentes à formação da zona sul carioca, da consolidação de suas periferias, do estabelecimento do narcotráfico nelas e outras mais coerentes ao assunto, serão abordadas, assim como será trabalhado alguns conceitos, noções ou categorias que passam ou perpassam pela Geografia, como circuitos da economia (como dito acima), território, territorialidade, hierarquia de trabalho etc.

3.Metodologia

Com o crescimento da violência não só nas favelas, mas também no entorno delas, e da “valorização” cada vez maior de seus problemas por parte da mídia nos últimos anos, nos é transmitido a idéia, principalmente pela forma com que ela é passada, de que tais percalços sociais são recentes nos bairros da zona sul, e até mesmo, em alguns momentos, nos dá uma sensação de que favelas são poucas, pequenas (logo, sem importância), vide, por exemplo, mapas turísticos e cartões postais, que proporcionam por conseqüência uma leitura errônea do que seria a cidade, principalmente no que se refere as suas encostas. Mas devemos levar em consideração que desde o início do desenvolvimento da zona sul foram criados espaços propícios para a ocupação (ou invasão, para caracterizar juridicamente), que na grande maioria das vezes, foi feita de forma ilegal e por pessoas de baixa renda sem qualquer opção e perspectiva.

Inúmeras vezes as relações ocorridas nas favelas são explicadas através de dualidades, como favela contra (versus) asfalto, “desordem” contra a ordem, o ilegal contra o legal, o desenvolvido contra o precário. Segundo SILVA (2005:10), com relação às categorias que explicam de forma simplista as particularidades do urbano afirma:

“Estas categorias [as dualidades] são básicas para se entender o lugar desses aglomerados na cidade. Mas não podem ser tomadas como um absoluto, para que não limitem a análise”.

Na publicação de seu doutorado, Silva (2005) nos mostra, através de uma vasta revisão bibliográfica, que o debate entorno da problemática das favelas não é exclusivo dos dias de hoje, onde vivemos o que alguns autores chamam de inchaço populacional urbano, no qual não haveria habitação de qualidade para todos. Mas sim uma discussão que vem desde, pelo menos, a década de 1950, época na qual estava se desenvolvendo o setor urbano e diversas teorias acerca da marginalidade contida nela. Assim percebemos, juntamente com a autora, que as favelas não são recentes e que elas representam um problema habitacional e sua expansão pode ser entendida conforme processos específicos de desenvolvimento, sobretudo urbano/industrial, do Rio de Janeiro.

Devemos pensar nas favelas como um elemento ativo na evolução da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, elas não surgiram apenas como reflexo de sua expansão, mas sim ela é condição e condicionante da estruturação urbana carioca. E não podemos desconectar as variáveis locais do Rio das variáveis encontradas em escala nacional. Com relação a isso, SILVA (2005:24) afirma:

“Por outro lado, a forma e o volume das favelas também foram dimensionadas e explicadas por fatores de ordem nacional, como as migrações e as políticas públicas, entre outros, variando as suas características em função de conjunturas. Estas, por sua vez, relacionam-se às injunções do processo econômico caracterizado pela substituição de importações e o estímulo à industrialização, processo desencadeado especialmente nos centros metropolitanos, sob impacto da intervenção política públicas ancoradas num Estado moderno e centralizador”.

Aqui, ao nosso ver, mostra-se nítida a inter-relação entre a macroeconomia e o local, ou seja, uma forte influência de fatores de ordem nacional (como sua postura econômica e política) no desenvolvimento do espaço urbano em localidades selecionadas pelo processo de urbanização. Selecionadas no sentido de que a grande maioria das intervenções no urbano relacionadas a ordem econômica nacional se dão em áreas já valorizadas, deixando claro assim uma sobrevalorização de alguns fragmentos do tecido, como o objetivo muitas vezes políticos.

Se voltarmos a década de 1930, percebemos, quanto sua visibilidade social, que, principalmente com a gestão de Pedro Ernesto (30 de setembro de 1931 a 3 março de 1936), as favelas ganham destaque de pobreza, vide os projetos da mesma década que tinham como objetivo único eliminar as favelas, através de proibições, planos de ordenamento espacial dirigidos e projetos habitacionais paliativos de construção de parques proletários, como por exemplo os parques da Gávea e do Leblon, terminados no início da década seguinte (SILVA 2005).

Já com relação a década de 1940, esse, quanto ao processo de favelização carioca, de acordo com ABREU (1987:106), foi o período em que se teve a maior proliferação de favelas, e conforme o próprio autor nos mostra através de censo de 1948, na zona sul se concentravam 24% das favelas e 21% do total da população favelada do Rio de Janeiro, o que indica percentuais significativos relacionadas ao estado fluminense

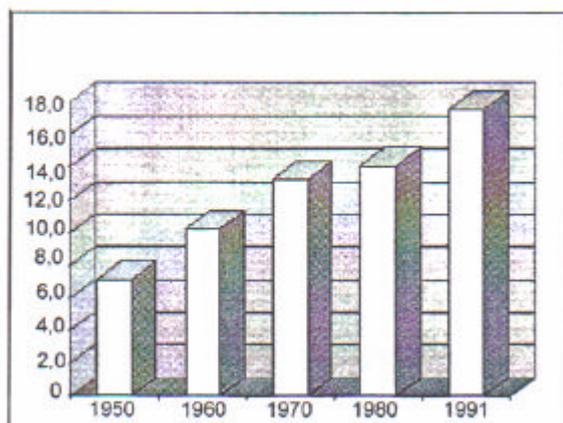
A partir da década seguinte o município do Rio de Janeiro sofreu um aumento tanto de número de favelas, quanto de população favelada, como mostra CAMPOS (2004:80):

“A cidade viu, aos poucos, as favelas serem incrementadas no espaço urbano e a população favelada crescer percentualmente em relação ao total de habitantes”.

O gráfico a seguir, pode nos dar uma visão, mesmo que superficial, de como a população favelada cresceu no município do Rio de Janeiro, onde podemos supor um crescimento dessa, por consequência, na zona sul, entre os anos de 1950 e 1991, população incrementada essa que necessitará aumentar, tanto no que tange o crescimento/formação dos diferentes núcleos favelados, quanto como no surgimento de novos núcleos (o primeiro relacionado ao crescimento vegetativo dessa população e o segundo com uma certa relação com a chegada de novos imigrantes e moradores de outras favelas e bairros precários, atraídos pela esperança ou necessidade de se localizar próximas a áreas valorizadas com oferta de emprego, trabalho e serviços).

GRÁFICO n° 1

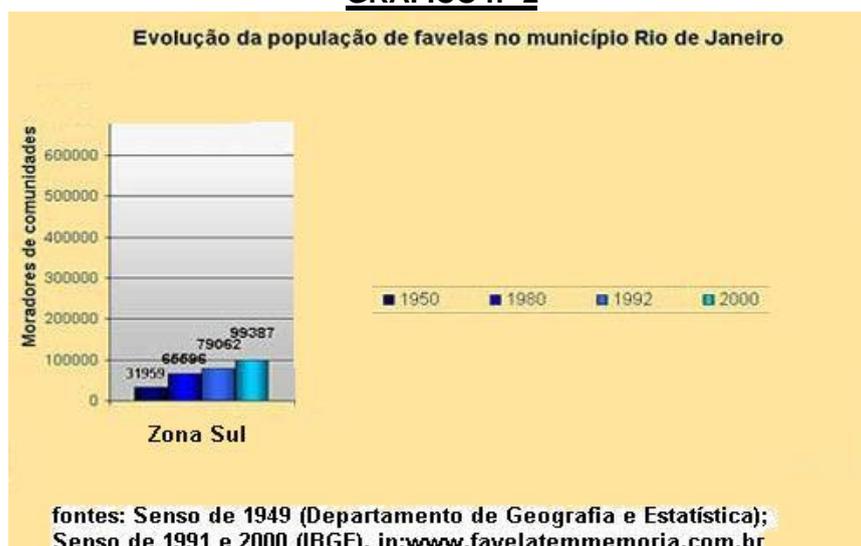
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO FAVELADA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL (1950-1991)



Fontes: Relatório SAGMACS (1958/1960), apud VALLA, V. Vicente; Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, 1990 e 1993-94; Censo Demográfico de 1970, IBGE. (in CAMPOS 2005:81)

Quanto, especificamente, ao crescimento da população favelada na zona sul, percebe-se que, a partir da leitura do gráfico mais adiante, entre 1950 e 2000 houve um significativo aumento nesta área, chegando a comportar cerca de 99.387 moradores em 2000:

GRÁFICO n° 2



Agora se quisermos perceber o fortalecimento das articulações e organização das populações faveladas devemos analisar a década de 1960, pois é nessa década em que

se tem um grande crescimento desta, juntamente com as alterações “tanto no desenvolvimento social e espacial, quanto nos significados atribuídos pelo poder público à favela” (SILVA 2005:27).

3.1. Recorte espacial e temporal

Fazendo uma pesquisa com relação à historiografia das favelas, independente de qualquer versão sobre o surgimento da primeira, muitas vezes apresentado como consequência da destruição do “Cabeça de Porco” (antigo cortiço localizado na área central do Rio) ou manifestação da ocupação do morro da Providência, já se percebe que entre meados e final do século XIX elas aparecem na cidade do Rio de Janeiro e sua primeira grande disseminação se deu entre as décadas de 1910 e 1930. Nesse período, o processo de favelização na zona sul também já se mostrava significativo, sendo em 1928 consideradas, em algumas localidades pelo menos, consolidadas. Em relação à consolidação das favelas SILVA (2005:79) deixa clara a integração dessas com a malha urbana e seu desenvolvimento:

“As favelas, embora concentradas nas áreas de urbanização consolidada da cidade, também estavam integradas aos vetores de expansão do Rio nesse período [final da década de 1920]. Por outro lado, as favelas ou seus núcleos originais seguem – em alguns casos, antecedem – novas urbanizações e loteamentos, tanto na direção das áreas que já se configuravam como socialmente da ‘elite’ quanto para as de ocupação mais caracteristicamente proletárias”.

Assim percebemos que desde 1920 tem-se o desenvolvimento de núcleos de favelas na zona sul, onde se configurava um processo de ocupação social da então “elite”.

Bairros como a Gávea apresentava núcleos de favelas devido à presença industrial no local e em suas proximidades. A Gávea juntamente com o Leblon englobava importantes e significativos núcleos que se tornariam favelas, mas que foram erradicadas através de ações públicas (com apoio e pressão de vários setores sociais), como foi o caso do Largo da Memória, a favela do Capinzal e a favela do Jóquei (SILVA 2005:81). Agora um exemplo de favela consolidada e que se encontra nos dias de hoje na zona sul é a da Rocinha, onde seu núcleo inicial se localizava na estrada da Gávea com cerca de 354 casebres, que em 1930 já se encontrava com todos os seus problemas sociais e de infra-estruturas de hoje e agora é uma das maiores favelas do mundo e a maior da América Latina.

Ainda na zona sul, se levarmos em consideração argumentos de Campos (2004) acerca do processo de ocupação dessa área, já se encontravam (por volta de 1870) algumas encostas ocupadas por remanescentes de antigos quilombos, mas de forma dispersa, como é o caso do Dona Marta, morro dos Cabritos, Piraquê e outros. Remanescentes esses que mais tarde receberam grande contingente populacional devido também ao fato de que pessoas de alta renda se deslocavam para esses bairros que recebiam cada vez mais injeção de “desenvolvimento” (através de sucessivas sobrevalorizações em seu tecido urbano), gerando também uma atração populacional de camadas de baixa renda, uma vez que os serviços, as oportunidades e esperanças aumentavam proporcionalmente a esse então “desenvolvimento”.

Outras favelas que tinham se consolidado e que também foram alvo do poder público, mas que conseguiram ser removidas por esse, são os conjuntos de casebres que

se localizavam nas ruas Visconde de Albuquerque, Ataulfo de Paiva, Dias Ferreira e trechos das encostas da Niemeyer. As ruas Fonte da Saudade, Humaitá, Eptácio Pessoa, Lopes Quintas e o morro da Saudade também foram disseminadas (SILVA 2005).

Segundo a Estatística Predial do Distrito Federal de 1933 (SILVA 2005:83-84), Copacabana apresentava 332 casebres, o que englobava o Morro da Babilônia, núcleos na Euclides da Rocha e Ladeira dos Tabajaras. Já a Gávea apresentava 1.447 casebres, ou seja, 24,48% do total de prédios. Esses números podem nos ajudar a ter uma idéia do quanto já se mostrava significativo o processo de favelização no recorte espacial em questão.

3.2. Desenvolvimento contraditório do capitalismo na zona sul carioca

Entender como o capitalismo e suas contradições agem no espaço são de grande necessidade para entender mais à frente como surgiram condições propícias para o estabelecimento e para a produção do espaço criminalizado, dominado pelos diferentes grupos ou comandos nas periferias da zona sul carioca.

Para entender como se dá essas contradições devemos buscar quem são os atores responsáveis pela produção do espaço urbano e como ele é caracterizado dentro do sistema capitalista:

“Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, *materializada nas formas espaciais*” (CORRÉA 2003, grifo nosso).

Fragmentado, porque o capitalismo e seus processos intrínsecos agem de forma diferenciada no espaço, isto é, valorizando certos locais ao mesmo tempo desvalorizando outros. Articulado, uma vez que “cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável” (CORRÉA 2003:7):

“Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos freqüentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, às visitas aos parentes e amigos, e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parques”.

Quanto aos agentes produtores do espaço, que fazem a organização espacial, podemos destacar, através de uma leitura de Correa (2003), os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Os proprietários dos meios de produção são entendidos aqui como os grandes comerciais, que são agentes que necessitam de terrenos cada vez mais baratos e que satisfaça requisitos locacionais que vão a favor do ramo a ser empreendido.

Proprietários fundiários são aqueles de detém terras urbanas e que buscam obter maior renda através de sua propriedade, tendo em vista uma maior lucratividade e uma melhor remuneração possível, dando uma preferência maior ao valor de troca.

Já os promotores imobiliários são agentes que transformam a mercadoria (solo), seja financiando recursos monetários no objetivo de investir no terreno (comprando) e/ou

construindo o imóvel, seja realizando estudos técnicos, estudos esses que conseqüentemente seleciona melhores pontualidades do tecido urbano para melhor melhoria dos parâmetros técnicos, podendo também atuar somente na construção do imóvel e/ou na comercialização desse. Grandes bancos e o Estado capitalista podem ser exemplos de promotores imobiliários que tem papel significativo na organização espacial da malha urbana fragmentada da zona sul carioca.

O Estado também atua na produção do espaço no sentido de que ele age como consumidor desse e de localizações particulares. Age também como proprietário fundiário; promotor imobiliário; grande responsável pela regulação do uso do solo, por meio de controle e limitação (impostos fundiários e imobiliários) dos preços de terras; mobiliza terras públicas, o que afeta diretamente no preço e na ocupação espacial da terra; e investe dinheiro público na produção do mesmo (espaço) dentre outras mais formas.

Grupos sociais ditos excluídos agem também na produção do espaço uma vez que eles materializam uma forma de ocupação. Um número significativo de moradores da zona sul carioca não tem acesso a habitação de qualidade digna a reprodução social, pois nesse recorte encontra-se uma renda mínima muito alta (renda mínima para o sustento familiar no local) para habitar um lugar com direitos básicos de sobrevivência, diga-se: decente. É aqui que se tem a produção da favela: ela se dá em terrenos públicos, que não se encontram (ou ainda não) na mira da especulação imobiliária, ou em terrenos privados, que são ocupados por pessoas excluídas do direito ao acesso a habitação e que aos poucos (de início) consolidaram sua permanência, mas depois de forma desenfreada e desordenada, “desenvolveram” seus próprios espaços com suas maneiras disponíveis.

O espaço urbano é reflexo social devido a sua própria materialização, uma vez que os acessos são diferenciados de acordo com a valorização dada ao local. Fragmentado, dividido em parcelas, umas grandes, outras pequenas (dependendo do interesse do proprietário), o espaço é comercializado, vendido e comprado aos pedaços. Pedacos esses que possuem variados valores de troca e que conseqüentemente materializa diferentes acessos. No caso da zona sul parece ser nítido que, de forma bem grosseira, quanto mais próximo das orlas maior o valor e quanto mais próximo das encostas menor.

A cidade capitalista é extremamente desigual, pois condiciona também a vida social e em diferentes localidades simultaneamente, logo os bairros são os focos de (re)produção da diversidade que são os grupos sociais. Mas isso não significa que os bairros apresentam uma homogeneidade sócio-espacial, ou melhor, não significa que o padrão social (classe) seja o mesmo, podendo ter em uma área de poucos metros quadrados pobres e ricos, condomínios e favelas, como é muito comum nos bairros da zona sul carioca, na qual em Ipanema, por exemplo, se encontra uma favela (trecho do complexo do Canta-Galo, Pavão e Pavãozinho) que muito já influenciou (e ainda influencia, em escala maior ou menor, dependendo do momento) no cotidiano de muitos moradores da Viera Souto (avenida que beira a famosa praia de Ipanema).

3.3.O narcotráfico como empresa

Um primeiro viés que aqui será explorado que fundamenta o argumento de que o narcotráfico, em diferentes escalas do Rio de Janeiro, sobretudo na zona sul, atua como uma empresa (no sentido da sua reprodução social e na sua relação com o espaço urbano), reforçando assim também o argumento de que o tráfico de drogas não representa um poder paralelo, como é muito chamado pela mídia, é o fato de que diferentemente de antigamente, no dias atuais, muitos traficantes mantêm uma clara

relação de “empregado” (claro que sem os vínculos formais conhecidos por nós), pois nesse meio em rede, uma boa parte dos traficantes “trabalham” em comunidades que não são necessariamente a sua (no sentido de identificação com o lugar), com a qual ele cria vínculos sociais desde pequeno.

À priori, isso mostra duas (2) vertentes dentro desse viés a serem exploradas: uma consiste na diferente relação que esse “estranho” materializa na comunidade, uma vez que não está “tirando serviço” próximo a pessoas que conhece e mantém relação/vínculos, tendo a possibilidade desse praticar ações mais violentas com objetivo de aparecer para outros traficantes (mostrando assim seu suposto valor); outra vertente reside justamente na (re)afirmação, fixação ou intensificação da rede do tráfico, no sentido de circulação de mão-de-obra, que geralmente se desloca com seus meios de produção (armamentos, drogas, dinheiro, informações...).

Outro viés que pode ser aqui trabalhado para fundamentar o narcotráfico como uma empresa é a forma como se apresenta o seu mercado de trabalho: hierarquizado, com alguns momentos ou alguns papéis hierárquicos que proporcionam ascensão e que em certos aspectos formaliza (claro que diferentemente da forma como o Estado capitalista brasileiro faz) determinados postos de trabalho.

“As quadrilhas que operam no varejo no Rio de Janeiro, comumente apoiadas logisticamente em espaços socialmente segregados tais como as favelas, apresentam uma hierarquia e uma divisão do trabalho típicas, envolvendo diversos atores sociais (SOUZA, 2001:57)”.

Essa hierarquia expressa uma divisão do trabalho que se mostra diversificada, variando conforme a função de cada, digamos assim, “empregado” e que mais a frente será desenvolvida de forma mais detalhada em um capítulo exclusivo à temática. Mas em termos gerais temos no topo, o “dono” ou o “patrão”; os “gerentes” que auxiliam os patrões; os “soldados” que fazem a suposta segurança da “boca-de-fumo” (da polícia e de facções rivais) e da comunidade; os “olheiros” que avisam aos “soldados” quando algum rival entra no território do bando; tem os “vapores” que geralmente são os mais novos no ramo e que vendem e fazem propaganda da droga; há também os “doleiros” que manipulam as drogas, ou que trabalham no setor manufatureiro da empresa (processando, refinando, trabalhando, separam e embalam em papéletes ou saquinhos para a venda a varejo). Em algumas favelas também se encontram os “aviões”, que ficam fazendo a viagem de ida e volta da boca para clientes que não entram no perímetro periférico que são as favelas.

A forma como é vendida a droga também pode fortalecer o argumento de que o tráfico de drogas constitui uma empresa, pois essa é vendida preferencialmente a varejo e em uns casos a atacado, quando é o caso de abastecer as “bocas-de-fumo” que são estendidas ao asfalto (principalmente nos bairros nobres, como é o caso da zona sul carioca), configurando as chamadas “esticas”, que assumem caráter de grande importância na coleta de fundo ao movimento. Como estão conectadas em rede, as drogas (mercadorias), também são deslocadas (como fluxos) entre as comunidades, a fim de atender uma maior demanda em certas localidades, podendo parte de pagamento de dívidas e/ou investimentos ou ainda simples re-alocação de mercadoria.

O quarto viés a ser explorado se refere à remuneração dos diferentes cargos do crime dito organizado, sendo essa bastante variada, podendo ser desde pequenos agrados, como roupas e melhores atendimentos/atenção para familiares, a grandes quantidades de dinheiro recebido mensalmente, semanalmente ou diariamente, dependendo da época do ano (carnaval, ano novo, férias...) e da disponibilidade de drogas e consumidores (em favelas maiores é comum o alto consumo diário).

O próprio fato de apresentar em determinadas escalas níveis variados de organização, mostrando assim que o tráfico de drogas a varejo na zona sul carioca não é totalmente desorganizado como afirmam pesquisadores e cientistas políticos, também é um caminho que nos dá uma noção de empresa do narcotráfico, pois como toda empresa um mínimo de organização é necessária, como no caso do direcionamento do capital que circula dentro dela, ou a falta de privacidade no andamento do “trabalho” de seus “empregados”.

5. Conclusões

Entender a favela como uma permanente (des)(re)construção de ordens legais e ilegais, sendo um primeiro viés que aqui será explorado é o entendimento de que o narcotráfico, em diferentes escalas do Rio de Janeiro, sobretudo na zona sul, atua como uma empresa (no sentido da sua reprodução social e na sua relação com o espaço urbano), reforçando, assim também, o entendimento de que o tráfico de drogas não representa um poder paralelo, como é muito interpretado pela mídia, e o fato de que, no dias atuais, muitos traficantes mantêm uma clara relação de “empregado”, pois nesse meio em rede, uma boa parte dos traficantes “trabalham” em comunidades que não são necessariamente a sua (no sentido de identificação com o lugar), com a qual ele cria vínculos sociais desde pequeno.

Inicialmente já se percebe que os conceitos utilizados pela geografia para observar e descrever essas complexas relações entre o crime, os trabalhadores e o espaço na formação territorial nos dias de hoje estão sujeitos a nos confundirem, uma vez que as comunidades populares não são como eram em algumas décadas atrás, quando essas estavam apenas sendo formadas e consolidadas como exército de reserva ao mesmo passo em que as instituições de ordem pública cometem crimes contra as comunidades que moram nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, onde não se reconhecem direitos, muito menos sentimentos. Direito camuflado pela mídia em geral e pela polícia, que juntos espoliam a dor e gera a cada geração mais e mais jovens que só vivenciam o lado violento da transescalaridade (vivência simultânea de múltiplas experiências).

6. Bibliografia

- ABREU, Maurício de. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1987.
- CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à Favela**, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2004.
- CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**, Ática, São Paulo, 2003.
- SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas Cariocas**, Contraponto, Rio de Janeiro, 2005.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Desafio Metropolitano**, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

Gráfico Internet: www.favelatemmemoria.com.br